

FACTOS E ARGUMENTOS PARA DESFAZER MEDOS E MITOS

Refugiados

**QUEREMOS SER
UMA EUROPA
QUE DEIXA MORRER
OU QUE SALVA?**

UMA INICIATIVA



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES



PLATAFORMA DE APOIO AOS
REFUGIADOS



- 01 Capa
- 02/3 Editorial
- 04/5 Vale a pena chorar?
- 05/6 Compreender a situação
- 08/9 ABC Refugiados
- 10/11 Europa, Migrações e Refugiados
- 12/13 Mar morto
- 14/15 Estamos a ser invadidos?
- 16/17 Está em curso a islamização da Europa?
- 18/19 O que diz o Papa Francisco
- 20/21 Corremos riscos?
- 22/23 "E quem ajuda os nossos?"
- 24/25 "Então os refugiados têm telemóveis?"
- 26/27 "Ah, mas eu vi na internet..."
- 28/29 Porcos estrangeiros
- 30/31 PAR Instituições
- 32 Como posso ajudar?

Coordenação: Rui Marques
Edição:
Francisca Assis Teixeira
José Maria Barcia
Design: Fernando Mendes
Infografia: Joana Costa
Fotografia: UNICEF
Revisão: Maria José Mota

Colaboraram nesta revista:
Ary Ferreira da Cunha
Barbara Baldaia
Diogo Noivo
Elisa Luis
Gonçalo Saraiva Matias
Henrique Burnay
Joana Morais e Castro
Margarida Santos Lopes
Paulo Sande
Pedro Calado
Pedro Moreira
Rita Tomé
Rui Cerdeira Branco
Rui Nunes da Silva
Sérgio Figueiredo
Tiago Cardoso

www.refugiados.acm.gov.pt

www.refugiados.pt

A caverna

Pedro Calado

Alto-comissário para as Migrações

Os refugiados são um tema sobre os quais todos(as) temos uma opinião. É um assunto de crescente importância social, política e mediática em que, frequentemente, a construção dos discursos assenta na perceção que nos chega pelas experiências pessoais, mas sobretudo, e cada vez mais, pela sua hipermediatização. Muitos pensadores têm refletido sobre este tema. Alguns são mesmo intemporais.

Revisitemos, a este respeito, a Alegoria da Caverna de Platão que tão bem nos explica a construção da realidade baseada em perceções. Nesta alegoria, com mais de 2000 anos, é com base nas sombras que são projetadas no fundo de uma caverna que

Do medo à

Rui Marques

Plataforma de Apoio aos Refugiados

Por estes dias tem alastrado, em alguns dos nossos concidadãos, um medo insidioso quanto à vinda de refugiados para Portugal. Virão terroristas? Há uma invasão? Vai haver uma “islamização”? O que temos chega para todos ou somos pobres de mais para partilhar o que temos?

Importa, com serenidade, olhar para cada uma destas questões e analisar factos e argumentos. Mais do que emoções, trazer a razão para esta reflexão. Mais do que ideias feitas, procurar a verdade.

A Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), que reúne mais de 130 organizações da sociedade civil, em parceria com o Alto-comissariado para as Migrações (ACM), procura, através desta revista, dar um

os cidadãos vão construindo a realidade. As sombras de uma realidade que, na verdade, acontece fora dessa caverna, mas para a qual os indivíduos vivem de costas voltadas. E mesmo que alguns "em minoria" compreendam onde está verdadeiramente a vida a acontecer, é impossível convencer os outros que pensam observá-la nas sombras. Assim vive a maioria nesta caverna platônica: assentando em percepções e mitos (feitos de sombras) a construção da sua realidade.

Também em torno dos refugiados existem cavernas (e mitos). Por isso, a necessidade de mostrar que a realidade é diferente daquela que percebemos, é

um desafio tão mais importante em tempos de crises humanitárias como a que vivemos. A história ensina-nos que são estes os tempos em que esta pedagogia mais necessária se torna.

Desmontar mitos - como esta brochura nos propõe - implica desconstruir as sombras e observar a realidade de frente, desenvolvendo a narrativa correta em torno dos refugiados: com factos.

coragem de acolher

contributo para que o medo que nos tolhe seja ultrapassado e para que possamos afirmar a coragem de acolher.

Acolher quem, tendo perdido tudo, procura uma oportunidade de recomeçar a vida. Acolher quem, tendo sofrido as dores provocadas pela guerra e por outros conflitos, procura um abrigo e uma comunidade que os receba como seres humanos iguais a nós. Acolher quem espera que a Europa seja a terra da solidariedade, dos Direitos Humanos e do convívio pacífico entre a diversidade.

Esta opção exige coragem. A coragem serena de quem não se deixa manipular por campanhas xenófobas. A coragem determinada de quem, sabendo

que há sempre riscos, se mobiliza pelos valores da hospitalidade. A coragem persistente de quem sabe que o desafio do acolhimento de refugiados exige resiliência, gestão de expectativas e capacidade de construir pontes.

A atual crise não é só a maior crise humanitária na Europa desde a IIª Guerra Mundial. É um momento fundamental para o nosso futuro coletivo. Por estes dias vamo-nos definir. Quem somos, o que queremos, para onde vamos enquanto civilização. A resposta está em cada um/a de nós. E não deve ser condicionada pelo medo.

O medo da diferença tem muitos nomes

Vale a pena chorar?

Henrique Burnay

A capacidade de nos incomodarmos, de nos impressionarmos, de nos comovermos com o que se passa à nossa volta é o que nos dá humanidade. Se o sofrimento dos outros não nos toca é porque já não sabemos que cada Homem é um Homem, tão Homem como nós. É essa a igualdade fundamental.

Se, quando vemos a fotografia de uma criança morta numa praia da Turquia, um pai sírio a ser rasteirado por uma jornalista, um homem no meio do mar agarrado a uma bóia salva-vidas, se, nessa altura, não sentimos nada, não temos o impulso de querer ajudar o outro, não perdemos a vida, mas perdemos a nossa humanidade. Já nada de bom nos define.

Partilhar uma fotografia, escrever um desabafo, fazer *like* no *facebook* pode parecer pouco face à dimensão da tragédia daquela gente, mas é muito mais do que parece (e infinitamente mais do que nada fazer e ainda dizer que isso é fazer pouco). Estas ondas propagam-se e a ideia de que não estamos sós, a sensação que estas pessoas recebem de que há no mundo quem se sinta tocado por elas, espalha-se e chega-lhes. Mas, mais do que isso, porque as decisões políticas dependem do ambiente à sua volta. Por isso mesmo, nesta altura é fundamental mostrar que queremos decisões justas, decisões boas, humanas. Claro que ser voluntário, partilhar comida, receber em casa, é fazer mais. E quem possa e queira deve fazê-lo, mas uma lágrima, uma lágrima que seja é melhor do que a indiferença. É humana.

O medo da diferença tem muitos nomes. O ódio ao outro é um deles e nasce na indiferença. É quando o outro deixa de ser outro como nós que tudo passa a ser possível, até o ódio.





#

Compreen

Klincarov / UNICEF



3

4

1

2

#1 – Em 2011 dá-se a "Primavera Árabe", derrubando vários regimes ditatoriais no Médio Oriente. Na Síria, a família Assad, no poder desde os anos 60, recusou-se a sair. Começou uma guerra civil.

#2 – O ISIS – um grupo militar jihadista – aproveitou-se da confusão política e social para ganhar força e poder. Motivados pelo objectivo de criar um califado islamita totalitário, rapidamente se tornou num dos grupos terroristas com maior impacto dos últimos tempos. Utilizando com mestria as modernas técnicas de propaganda, publicita as torturas, execuções em massa e sucessivos ataques letais a civis, criando uma onda de terror e ganhando enorme visibilidade.

#3 – A população da Síria ficou encurralada entre o exército do regime de Assad, grupos rebeldes e extremistas. Com uma população de quase 22 milhões de pessoas em 2011, assistiu desde essa data à deslocação de mais de 12 milhões de pessoas sendo que dessas, mais de 4 milhões foram forçadas a abandonar o país.

#4 – 95% dos refugiados fugiram para os países vizinhos: Turquia 1,5 milhões, Líbano 1,1 milhões, Jordânia 600 mil e o Egipto com 142 mil.



Tomislav Georgiev / UNICEF

5

#5 – O Programa Alimentar Mundial e a ONU não estavam preparados para esta situação. Os refugiados, acolhidos em campos precários, encontram-se em condições muito difíceis. As grandes dificuldades que vivem e a falta de horizontes de esperança levam alguns a procurar refúgio na Europa.

Tomislav Georgiev / UNICEF



der a situação

6

#6 – Confrontados com o enorme fluxo de refugiados, muitos países europeus recusaram-se a aceitar e fecharam os olhos à situação. A opinião pública mobilizou-se quando uma fotografia de um menino sírio foi tornada pública e viral. Aylan morreu, juntando-se aos mais de 2500 mortos, desde o início do ano, a tentar atravessar o Mediterrâneo.

7

#7 – Em 2014, toda a UE aceitou 420 mil refugiados. Em 2015, só a Alemanha, face à crise em mãos, aceitou receber 800 mil.



Klinckarov / UNICEF

8

#8 – Face à lentidão de processos políticos para encontrar uma solução, o apoio aos refugiados tem sido impulsionado pelas sociedades civis dos Estados.

#9 – A UE, o conjunto de Economias mais abastado do mundo, cuja razão de ser foi a solidariedade e interdependência, vai dando respostas em tempo e generosidade muito diferentes. No final de Setembro, chega finalmente a acordo (sem unanimidade) para receber cerca de 120.000 refugiados. Aprova também o investimento no apoio aos países vizinhos da Síria e o reforço com cerca de mil milhões de euros para o ACNUR – Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – e o PMA – Programa Mundial Alimentar – fazerem frente ao drama humanitário.

10

#10 – 2015 marca o ano em que a História vai ser escrita. E como é que a Europa quer ser lembrada? Como um território que copiou os maus exemplos e fechou fronteiras ou o continente que soube ser o exemplo que o Mundo precisa? Uma Europa que salva ou uma Europa que deixa morrer?

Khuzale / UNICEF



#

ABC Refug

O que é um Refugiado?

De acordo com a Convenção de Genebra (1951) e com a lei portuguesa, um refugiado é uma pessoa que receando com razão ser perseguido em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana ou em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou pertença a determinado grupo social, se encontre fora do país de que é nacional e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção desse país ou a apátrida que, estando fora do país em que tinha a sua residência habitual, pelas mesmas razões, não possa ou, em virtude do referido receio, a ele não queira voltar.

A Convenção de Genebra faz parte do intitulado Direito Internacional Humanitário, fazendo assim parte do sistema de proteção internacional.

O que é o Estatuto do Refugiado

O estatuto de refugiado é o reconhecimento, por parte das autoridades portuguesas competentes, de um estrangeiro ou de um apátrida como refugiado e que nessa qualidade se encontra autorizado a permanecer em território nacional.

Quais são os direitos e obrigações de um refugiado?

Os beneficiários do estatuto de refugiado e da proteção subsidiária gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres dos estrangeiros residentes em Portugal, cabendo-lhe, designadamente, a obrigação de respeitar a legislação nacional (art. 15.º da Constituição da República Portuguesa e art. 65.º da Lei n.º 26/2014, de 5 de maio).



Enquadramento Legal

Legislação Nacional:

- Constituição da República Portuguesa (artigos 15.º a 33.º; 41.º; 46.º);
- Lei n.º 26/2014, de 5 de Maio;
- Lei n.º 23/2007, de 4 de Junho;
- Lei n.º 67/2003, de 23 de Agosto;
- Decreto-lei n.º 67/2004, de 25 de Março;
- Portaria 995/2004 de 9 de Agosto;
- Lei 20/2006 de 23 de Junho.

Legislação Internacional:

Universal:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de Dezembro de 1948;
- Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951, relativa ao Estatuto do Refugiado, aprovada para adesão pelo Decreto-lei n.º 43.201, de 1 de Outubro 1969 (Diário do Governo, I Série n.º 229 de 1 Outubro de 1960);
- Protocolo Adicional à Convenção de 31 de Janeiro de 1967, aprovado para adesão pelo Decreto-Lei n.º 207/75 de 17 de Abril (Diário do Governo, n.º 90 de 17 de Abril de 1975);
- Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;
- Declaração das Nações Unidas sobre Asilo Territorial de 14 de Dezembro de 1967;

Refugiados

Como refugiado, é possível recorrer ao Sistema Nacional de Saúde?

Sim, é reconhecido aos refugiados e respetivos membros da família o acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Para aceder ao Sistema Nacional de Saúde é apenas necessário um documento de apresentação do pedido de proteção internacional (art. 52.º da Lei n.º 26/2014, de 5 de Maio).

As crianças, filhas dos refugiados podem inscrever-se na Escola?

Os filhos menores dos refugiados têm acesso ao sistema de ensino nas mesmas condições dos cidadãos nacionais.

Os refugiados podem trabalhar?

Aos refugiados é concedido um título de residência que assegura o acesso ao mercado de trabalho, nos termos da lei geral.

Um refugiado pode efetuar um pedido de reagrupamento familiar?

Sim, os beneficiários do estatuto do refugiado ou de proteção subsidiária têm direito ao reagrupamento familiar com os membros da sua família em condições semelhantes à de qualquer estrangeiro a residir regularmente em Portugal.

Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migração – o que é?

O Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migração foi criado pelo Governo no dia 3 de Setembro de 2015 (despacho n.º 10041-A/2015). É coordenado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e possui uma representação multidisciplinar, tendo representantes da Direção-Geral dos Assuntos Europeus/MNE, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Instituto da Segurança Social, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, da Direção-Geral da Saúde, da Direção-Geral da Educação e do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. que aqui o representa.

Para além destes membros da administração pública, o Grupo de Trabalho acolhe representantes da Plataforma de Apoio aos Refugiados, da Associação Nacional de Municípios e da Comissão Permanente do Sector Social e Solidário com quem celebrou memorandos de entendimento.

Compete a este Grupo de Trabalho proceder ao mapeamento dos recursos existentes no território nacional – administração central, autarquias locais e sociedade civil – para aferir a capacidade instalada e concluir o plano de ação nacional respeitante ao acolhimento e integração de refugiados e indivíduos objeto de proteção internacional, nomeadamente através do endereço www.refugiados.acm.gov.pt.

Através deste site são reunidos os contributos das instituições e dos cidadãos portugueses que manifestem vontade e condições para apoiar no acolhimento e integração de refugiados que vão chegar nos próximos dois anos ao nosso País. Será através desta manifestação formal junto do Grupo de Trabalho que as propostas das instituições poderão vir a ser equacionadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

No caso das autarquias, a manifestação de interesse deverá ser efetuada junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Os cidadãos disponíveis para ajudar serão encaminhados para a Plataforma de Mentores para Migrantes, que a partir de agora passa também a abranger os refugiados. Esta plataforma oferece aos cidadãos a possibilidade de se identificarem como voluntários na integração dos refugiados, por exemplo na procura de trabalho ou no ensino da língua portuguesa.

Neste site é ainda disponibilizado o endereço de email para onde devem ser dirigidas todas as questões relacionadas com a temática dos refugiados (refugiados@acm.gov.pt) e um contacto telefónico com a mesma finalidade: 218 106 191.

#

Europa, migração

Gonçalo Saraiva Matias

Director do Observatório das Migrações

A consciência colectiva europeia despertou de forma brutal para o tema das migrações. Ninguém pode ficar indiferente às imagens de um pai, desesperado, segurando o filho ao colo ou do corpo de uma criança afogada no mar da nossa vergonha.

(...) "A liderança mundial que vier a assumir no novo direito internacional dos refugiados, traçará o seu futuro. É aqui, na sua dimensão humana, no confronto com a sua história e com os seus valores, que se joga o futuro da União Europeia."

Zoë Nicole Taylor / Creative Commons License



É hoje absolutamente claro que a crise migratória na União Europeia é o maior desafio que a Europa enfrentará nos próximos anos. Se algo de positivo podemos encontrar nesta tragédia humanitária de dimensões gigantescas é um relativo consenso sobre a sua gravidade e a necessidade de a resolver. Mas, infelizmente, o consenso termina aqui. Têm sido noticiadas as divergências entre líderes europeus sobre o modo de responder à crise bem como parecem divididas as opiniões públicas sobre o que fazer.

es e refugiados

Os próprios conceitos parecem pouco claros, ao ponto de Adrian Edwards, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), ter sentido necessidade de, num texto pedagógico amplamente difundido pela imprensa, vir alertar para a diferença entre refugiados e migrantes. Os primeiros fogem de perseguições em contexto de conflito nos seus países, para os quais não podem voltar, merecendo a protecção do direito internacional através da concessão, por países de acolhimento, de asilo. Os segundos “escolhem” abandonar os seus países em busca de melhores condições de vida. Diz o ACNUR que não devemos misturar os conceitos uma vez que os refugiados gozam da protecção do direito internacional enquanto os migrantes devem respeito à *lei interna de cada Estado*.

Mas será mesmo assim?

Do ponto de vista literal, a distinção feita por Edwards, em nome do ACNUR, está correctíssima. Mas onde queremos chegar com ela?

Para sermos claros nesta discussão é preciso reconhecer que a concessão de asilo, como instrumento de integração, é extremamente limitado.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados foi adoptada em 1951, largamente influenciada pelos trágicos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial, tendo sido revista pelo Protocolo de 1967.

De acordo com esta Convenção, deve considerar-se refugiada a pessoa que demonstre ter o receio fundado de perseguição no seu país de origem por pertença a grupo étnico, religioso, nacional ou a determinado grupo social ou opinião política.

A todas as pessoas deve ser dada a possibilidade de apresentar o seu caso perante as autoridades do país signatário da Convenção ao qual seja dirigido o pedido.

É aqui que o problema se complica. Desde logo, é necessário assegurar que todas as pessoas têm efectivamente a possibilidade de apresentar o seu caso e de lhes ser concedido o estatuto de refugiado num país da União Europeia.

A União Europeia adoptou, é certo, mecanismos internos de recolha e apreciação comum dos pedidos de concessão do estatuto de refugiado – o chamado sistema de Dublin. É ao abrigo deste sistema que é possível determinar a realocação de pessoas dentro da União Europeia, o que parece de elementar justiça e prudência relativamente aos países que estão sob maior pressão migratória.

Mas há aqui uma dimensão que parece inultrapassável: as pessoas que não possam provar a existência de um receio fundado de perseguição nos seus países de origem não virão a beneficiar do estatuto de refugiado.

Os critérios para a sua concessão são bastante restritos. O que, de resto, se compreende, não apenas pelo momento histórico em que a Convenção foi aprovada, mas também pelos direitos que o estatuto encerra. O principal dos quais o de “non refoulement” ou o direito a não ser repatriado.

A pergunta que nos temos de colocar neste momento é se uma Convenção datada de 1951 é apta a resolver esta grave crise humanitária? Nestas últimas semanas temos ouvido afirmar que esta crise é a mais grave de todos os tempos, que desafia a existência de Schengen e da própria União Europeia. Mas não me recordo de ouvir perguntar se os instrumentos jurídicos que aplicamos são adequados a resolver esta crise.

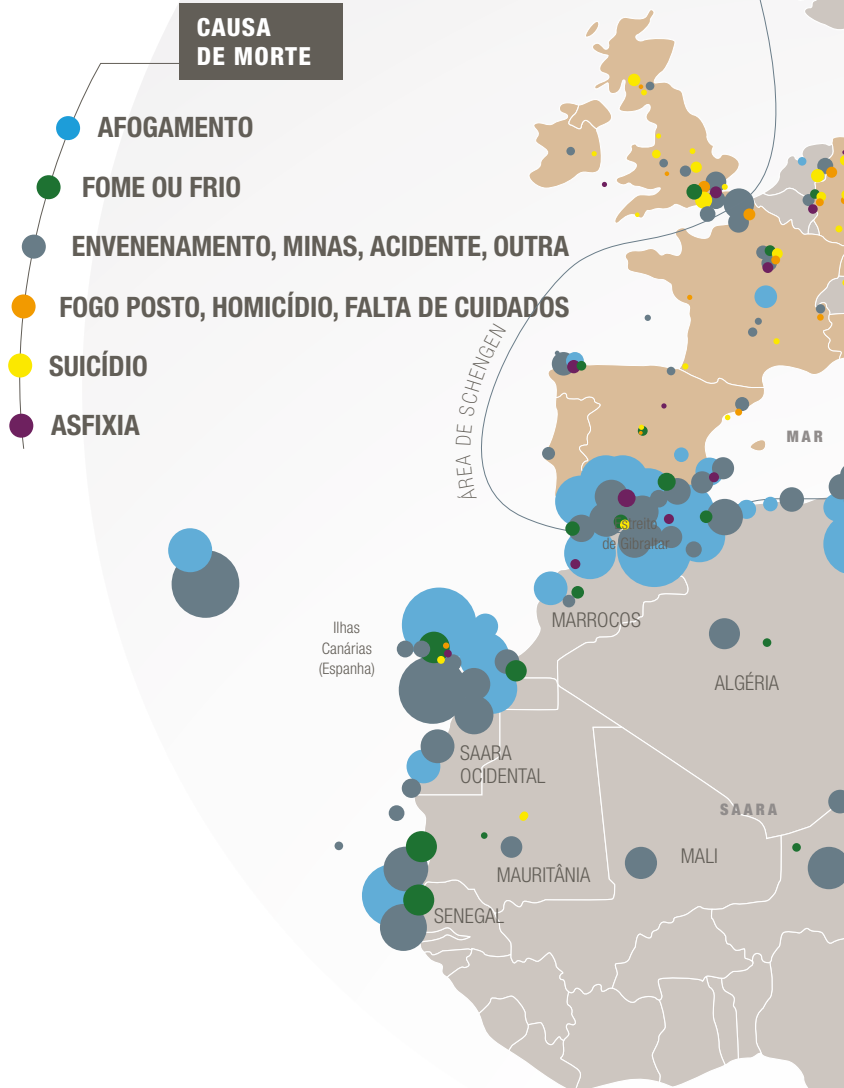
A Europa está agora a confrontar-se com estes dramas e tensões, sem precedentes na história da União Europeia. O modo como abordar esta crise, tanto pela sua gestão interna como pela adopção e aplicação dos instrumentos jurídicos adequados; a liderança mundial que vier a assumir no novo direito internacional dos refugiados, traçará o seu futuro. É aqui, na sua dimensão humana, no confronto com a sua história e com os seus valores, que se joga o futuro da União Europeia.

#

Adaptado por Rita Costa

MAR MORTO...

Em 20 anos, terão morrido cerca de 31.500 migrantes na tentativa de chegar ao espaço europeu.



31,502

Este é o número de migrantes mortos ou desaparecidos tentando chegar à União Europeia entre 1 de Janeiro de 1993 e 20 de Abril de 2015



Klincarov / UNICEF

"ESTAMOS A SER INVADIDOS?" "SOMOS QUEM RECEBE MAIS REFUGIADOS?"

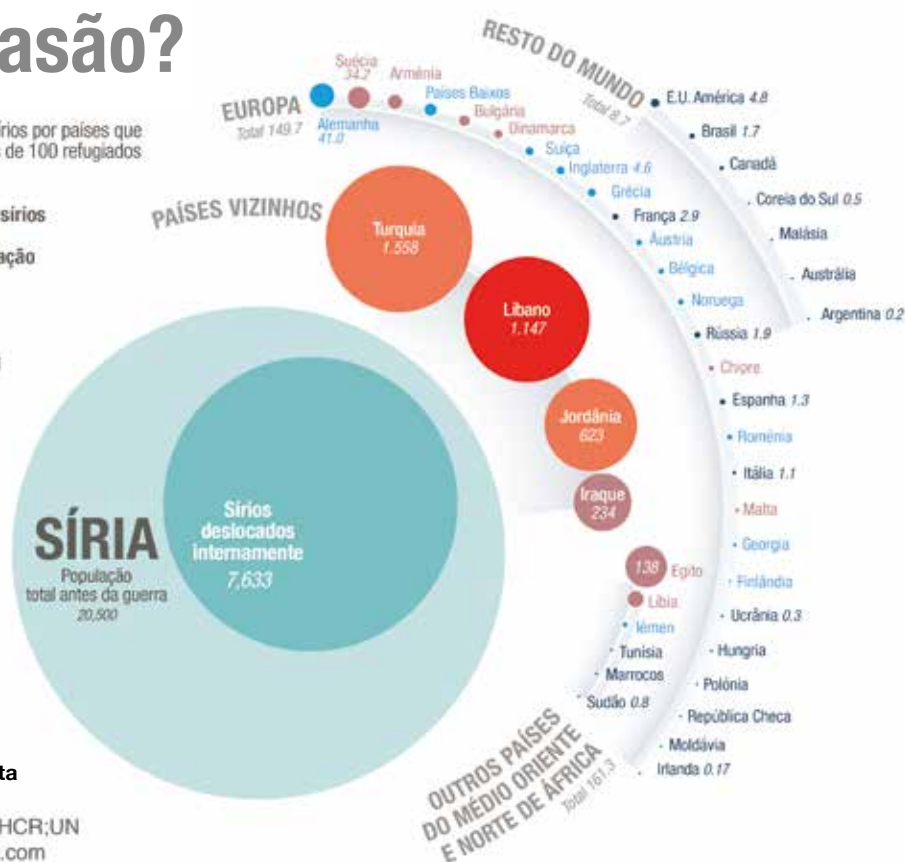
Algumas pessoas temem que esteja em curso uma “invasão”, por estarem a entrar na Europa muitos refugiados. Isso não corresponde à verdade. Importa atender a números. Só a guerra da Síria produziu mais de 4 milhões de refugiados e 7,6 milhões de deslocados internos. Dos refugiados sírios, a esmagadora maioria está nos países vizinhos. O maior impacto de presença de refugiados acontece na Turquia (1,5 milhões), no Líbano (1,1 milhões) e na Jordânia (600.000). Ora, em relação à União Europeia, no seu conjunto de 28 países com 500 milhões de habitantes recebeu, até Agosto de 2015, cerca de 420.000 sírios. Isto quer dizer que enquanto um país pobre como o Líbano tem mais de 20% da sua população residente com o estatuto de refugiado, a União Europeia tem nos refugiados sírios, neste momento, cerca **0,084 %** da sua população.

Invasão?

Refugiados sírios por países que aceitam mais de 100 refugiados 2014/1000

Refugiados sírios conforme a % da população

- 10 a 20
- 1 a 10
- 0.1 a 1
- 0.01 a 0.1
- <0.01



Adaptado por Rita Costa

Fonte: UNHCR; UN Economist.com

PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE REFUGIADOS PER CAPITA

Número de refugiados por 1.000 habitantes em 2014



E Portugal? O nosso país decidiu acolher 5.000 refugiados. Isso significa 0,05% da população portuguesa. Em média, 16 refugiados por concelho. É um refugiado por cada 2000 habitantes. Invasão? De modo nenhum. É um número totalmente insignificante para a dimensão populacional portuguesa.

Fonte: UNHCR



Syman Djafer CC BY-SA 3.0

**"ESTÁ EM
CURSO A
ISLAMIZAÇÃO
DA EUROPA?"**

**"EUROPA
CRISTÃ
EM PERIGO?"**

Esta é mais uma ideia sem fundamento. A Europa é, acima de tudo, a pátria dos Direitos Humanos, da Liberdade e da Tolerância. Na sua matriz tem, para além das raízes cristãs, as influências gregas, judaicas e muçulmanas, entre muitas outras. É também um dos berços do ateísmo. Todas as convicções religiosas - ou a ausência delas - constituem, quando em diálogo e respeito mútuo, uma mais-valia para a diversidade da nossa civilização.

Os cidadãos europeus muçulmanos dão um contributo muito positivo para a nossa sociedade, quer em termos culturais, quer religiosos, sociais e económicos, que devemos valorizar.

Qual a verdadeira intenção de quem quer esgrimir o tema da “ameaça islâmica”? Será mesmo a preocupação dos cristãos? Na verdade, a questão religiosa sempre foi utilizada como estratégia de combate político e nunca por questões estritamente religiosas. Veja-se, por isso, a resposta de todas as igrejas cristãs da Europa, dos Bispos Portugueses e do próprio Papa Francisco, também a propósito da chegada destes refugiados.

É a ignorância que alimenta o medo

Margarida Santos Lopes
Jornalista e autora

Em 11 de Setembro de 2001, quando as Torres Gémeas ruíram em Nova Iorque, o mundo não ficou apenas em coma, com diagnóstico errado de “choque de civilizações”. O mundo mergulhou num fosso ainda mais profundo do que a cratera do *Ground Zero*: Islão tornou-se sinónimo de terrorismo e muçulmanos foram reduzidos ao estatuto de “inimigos”.

Quase quinze anos depois, continuamos imersos num ciclo de vingança porque ainda não fomos capazes de ultrapassar a ignorância que alimenta o ódio e o medo.

Olhamos para um refugiado sírio, por exemplo, e vemo-lo como um “perigoso jihadista”, porque há uma crença generalizada de que todos os árabes são muçulmanos.

Mas, talvez, ele seja cristão (arménio, caldeu, católico maronita, ortodoxo grego...), druso, judeu, mandeu, yazidita, zoroastra...

porque a Síria era um mosaico religioso antes da guerra de 2011. Também pode ser ateu – o grupo que mais tem crescido no Médio Oriente, reflexo da desilusão com os poderes espiritual e temporal.

Muitos continuam a considerar o Islão como um corpo monolítico, apesar das suas múltiplas

e tão diferentes escolas de pensamento – desde a retrógrada doutrina wahhabita da Arábia Saudita (reino aliado dos EUA que ganhou um lugar na ONU na mesma semana em que ameaçou decapitar e crucificar um jovem opositor) até à comunidade secularizada ismaili (responsável por alguns dos mais extraordinários projectos de desenvolvimento mundiais, alguns deles em Moçambique).

Pior: muitos insistem em não distinguir Islão (a religião), de islamismo (a ideologia). Outros desconhecem que a maioria dos muçulmanos não é árabe: só o são 20% dos 120 milhões de crentes em todo o mundo. As maiores comunidades encontram-se na

Indonésia, Paquistão, Bangladesh e Índia.

Na Guiné-Bissau, de onde é originária uma parte significativa dos 30.000 muçulmanos portugueses, a maioria da população segue Maomé como “o profeta”, mas não é árabe. O mesmo acontece na Turquia ou na Albânia. O Irão, por seu turno, é um Estado predominantemente persa e muçulmano xiita, mas tem uma minoria árabe que segue a ortodoxia sunita, tal como os azeris, os baluchis ou os turcomanos.

Fechar as portas aos refugiados porque eles constituem “uma ameaça” é aceitarmos ser reféns do Daesh, que escraviza e viola crianças “infiéis”, degola os “ímpios” e destrói o património “pagão” da humanidade.

Fechar as portas aos refugiados porque eles constituem “uma ameaça” é aceitarmos ser reféns do Daesh, que escraviza e viola crianças “infiéis”, degola os “ímpios” e destrói o património “pagão” da humanidade. Não devemos esquecer-nos de que têm sido muçulmanos as principais vítimas deste autoproclamado “estado islâmico”. Os que batem à porta da Europa buscam o direito de existência, não o martírio tão glorificado pelos extremistas que amam a morte mais do que a vida.

É dever dos jornalistas, e da sociedade em geral, dar voz aos que quebram os estereótipos. Todos

nos lembramos do 9/11 e, mais recentemente, da carnificina na redacção do *Charlie Hebdo*, em Paris. Mas quantos ouviram falar de Jemal Rahman que, em Abril deste ano, se ofereceu como prisioneiro aos terroristas do al-Shabab para tentar salvar um amigo cristão etíope? A sua interpretação do Corão era a de que, estando um muçulmano entre os cativos, os sequestradores seriam misericordiosos. Isso não aconteceu, e ambos foram mortos.

Quantos estariam dispostos a sacrificar-se por um muçulmano?



O que diz o Papa



"É a ponta de um iceberg. Vemos estes refugiados, esta pobre gente que escapa da guerra, que escapa da fome, mas essa é a ponta do iceberg. Porque debaixo dele, está a causa; e a causa é um sistema socioeconómico mau e injusto, porque dentro de um sistema económico, dentro de tudo, dentro do mundo – falando do problema ecológico –, dentro da sociedade socioeconómica, dentro da política, o centro tem de ser sempre a pessoa. E o sistema económico dominante, hoje em dia, descentrou a pessoa, colocando no centro o deus dinheiro, que é o ídolo da moda."

(...) [Os refugiados] Chegam a um porto ou a uma praia, dão-lhes água, dão-lhes de comer e depois, mandam-nos outra vez para o mar e não os acolhem. Ou seja, falta a capacidade de acolhimento da humanidade."

(...) "Acolher, acolher as pessoas, e acolher tal como vêm. Eu sou filho de emigrantes e pertenço à onda migrante do ano 29. Mas na Argentina, desde o ano 84 (1884), começaram a chegar italianos, espanhóis... portugueses, não sei quando chegou a primeira onda portuguesa; vinham sobretudo destes três países. (...) Eu sei o que é a migração!"

(...) "Evidentemente, se chega um refugiado, com as medidas de segurança de todo o tipo, há que recebê-lo, porque é um mandamento da Bíblia. Moisés disse ao seu povo: “recebei o forasteiro porque não esqueçais que vós fostes forasteiros no Egito”.

(...) "O que eu pedi foi isto: que cada paróquia, cada instituto religioso, cada mosteiro, acolha uma família. Uma família, não uma pessoa."

(...) "Quero dizer que a Europa tomou consciência, e eu agradeço-lhe. Agradeço aos países da Europa que tomaram consciência disto. Felicito-vos (aos portugueses) e agradeço-vos pelo que estão a fazer e dou-vos um conselho: no dia do Juízo Final, já sabemos sobre o que vamos ser julgados, está escrito no capítulo 25 de São Mateus. Quando Jesus vos disser “estive com fome, deste-me de comer?” e vocês vão dizer “Sim”... “E quando estive sem refúgio, como refugiado, ajudaste-me?”, “Sim”. Pois, felicito-vos: vão passar no exame!"

Excertos da entrevista ao Papa – Rádio Renascença
(Aura Miguel) Setembro 2015

Francisco



Tomislav Georgiev / UNICEF

"CORREMOS RISCOS? PODEM VIR TERRORISTAS?"

Risco há sempre. Vivemos num tempo em que, por dia, voam 4.5 milhões de pessoas. É o tempo da globalização. Cada vez que alguém se move, há riscos – de saúde ou de segurança - com que fomos aprendendo a lidar. Mas os riscos associados à mobilidade humana podem ser minimizados. Para isso, temos serviços de segurança e de informações, temos tecnologia sofisticada e temos mecanismos de monitorização. Os países da União Europeia cooperam em questões de segurança e farão o seu trabalho.

Dito isto, é importante que não esqueçamos o fundamental. Os princípios são inegociáveis. Recusar o acolhimento de refugiados que perderam tudo, pela existência de supostos riscos constituiria um golpe fatal na nossa civilização humanista. Ofereceríamos aos terroristas, e aos extremistas, o seu único objetivo: fazer com que deixemos de ser quem somos e nos transformemos numa realidade monstruosa. Finalmente, os riscos reais que surgiriam por termos recusado o acolhimento seriam incomparavelmente superiores.

A Pobreza da Securitização

Diogo Noivo

Universidade Complutense de Madrid & Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN)

Os problemas têm que ser resolvidos na origem. Logo, a crise de refugiados só pode ser resolvida pondo fim à violência e à mais nefasta miséria que se vivem na Síria, no Iraque, no Afeganistão, e nos demais países que estão na origem da pressão migratória sentida na Europa. Isto é evidente, o que não quer dizer que seja fácil.

Animados pelo sofrimento dos migrantes ou pela aversão a recebê-los, muitos dirão que urge intervir na Síria pois, ao contrário de outras, essa campanha militar terá respaldo legal e ético. O que é irrelevante. O sucesso de uma operação militar não depende da sua justeza, mas sim da disponibilidade real para intervir e das condições no terreno. Não é claro que Governos e opiniões públicas estejam dispostos a suportar o esforço de guerra e, por outro lado, as condições no terreno são extraordinariamente adversas. De resto, as recentes intervenções militares no Afeganistão, no Iraque e na Líbia são uma recordação premente das dificuldades políticas e operacionais inerentes a uma acção militar. Abreviando, e assumindo que existe uma solução para os problemas na origem, a sua implementação não é fácil e os seus efeitos práticos tardarão a chegar. Assim, de momento, a vaga de migrantes constitui um desafio inescapável e urgente para os Estados europeus.

Poderá não receber todos, mas a Europa, até por imperativos políticos, terá que acolher uma parte importante daqueles que procuram asilo. Esta necessidade cria temor nas sociedades de acolhimento, nomeadamente aquele que resulta do alegado «perigo terrorista». Se devidamente enquadrado, este temor tem pouco fundamento. Primeiro, como a História recente demonstra, a Europa não precisa de refugiados "nem de estrangeiros" para ser vítima de terrorismo. Os atentados e tentativas de atentados nos últimos anos foram na sua maioria perpetrados por indivíduos nascidos e criados em solo europeu.

Segundo, islão e islamismo são realidades bem diferentes. **Um muçulmano é alguém que professa a fé islâmica. Um islamista é alguém que transpõe essa fé para o plano político. O jihadismo, minoritário no já de si reduzido espaço islamista, advoga então doutrinas violentas e totalizantes.** Em suma, nem todos os muçulmanos são islamistas, e nem todos os islamistas são jihadistas.

Terceiro, o movimento de indivíduos implicados em actividades terroristas tem ocorrido em sentido inverso, ou seja, da Europa para o Médio Oriente. É certo que se trata de uma tendência e as tendências mudam. No entanto, dadas as várias frentes de combate nas quais o auto-denominado Estado Islâmico (EI) está envolvido no Médio Oriente, esta organização terrorista necessita de um número elevado de combatentes no terreno. Até ao momento, não é conhecida qualquer informação credível que sugira uma inversão desta tendência.

Por último, para surpresa de alguns, uma parte importante da informação que circula nas redes sociais é falsa. Palco de todos os receios e indignações, as redes sociais têm sido a arena de eleição para acicatar o medo e até o ódio xenófobo. No entanto, a imensa maioria dos vídeos e fotografias virais de supostos terroristas e de alegado sectarismo islâmico foi cabalmente desmentida. Foi assim com a fotografia de Laith Al Saleh, um refugiado confundido com um elemento do EI. E foi assim com o vídeo que mostrava migrantes a recusar apoio da Cruz Vermelha junto à fronteira da Grécia com a Macedónia, alegadamente por causa da cruz que figurava nos pacotes distribuídos. Na verdade, e segundo o autor deste vídeo, os refugiados estavam há 3 dias em terra de ninguém, debaixo de chuva, e recusaram o apoio como sinal de protesto por não lhes ser permitida a entrada na Macedónia.

A segurança tem um valor inegável, único e insubstituível. É uma condição necessária à plena expressão da liberdade dos cidadãos. Precisamente por isso, não podemos permitir que o sentimento subjectivo de insegurança, baseado no medo, redunde numa deriva securitária pois daí sobrevirá a negação da liberdade que se quer proteger. O securitarismo é a negação da segurança. É inevitável que na vaga de migrantes se encontrem pessoas indesejáveis, criminosos comuns e porventura terroristas. Por isso, é imperativo identificar quem entra no espaço Schengen, como é obrigatória uma estreita coordenação das Forças e Serviços de Segurança europeias. Mas importa não perder de vista o essencial: a imensa maioria daqueles que clamam por asilo deseja segurança. São, portanto, os principais interessados em contribuir para que os países de acolhimento sejam um espaço de liberdade, segurança e justiça.



Comunidade Vida e Paz

Q4

"E QUEM AJUDA OS NOSSOS?"

O apoio aos mais pobres é assegurado, para além da Segurança social, com as várias prestações sociais, por uma rede de instituições de particulares de solidariedade social, espalhadas pelo país (representadas pela CNIS na Plataforma de Apoio aos Refugiados) e por instituições religiosas (como a Cáritas, os membros da Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal ou a Comunidade Islâmica, também membros da PAR). Acresce que, no que toca às pessoas sem-abrigo, duas das principais organizações que apoiam estas pessoas, como a Comunidade Vida e Paz ou a CAIS, estão também presentes na Plataforma. Assim é evidente que, não só há muito trabalho já feito no apoio às pessoas mais pobres em Portugal, como este vai continuar, sem ser prejudicado pelo acolhimento aos refugiados. São estas mesmas organizações, sem-

pre disponíveis para servir os que mais precisam, que estarão disponíveis para uns e para outros.

Quem ajuda os sem-abrigo e os pobres em Portugal somos, em primeiro lugar, todos nós que pagamos impostos e que, dessa forma, garantimos recursos financeiros para a ação social. Mas também as mesmas organizações que estão a organizar o acolhimento dos refugiados.

Também importa que quem faz esta pergunta, caso não esteja empenhado no apoio concreto aos mais pobres, se mobilize para fazer alguma coisa por eles em Portugal pois, caso contrário, a pergunta feita é só uma desculpa para não fazer nada...por ninguém. Haverá sempre muito trabalho a fazer, quer pelos pobres em Portugal, quer pelos refugiados em qualquer parte do mundo.

Felizmente o que temos encontrado por estes dias é que quem ajuda os mais pobres portugueses, há muito tempo, e são muitos, foram os primeiros a voluntariar-se para ajudar também os que precisam hoje de refúgio por o seu país estar em ruínas.

Porquê ajudar os refugiados quando temos tanta pobreza em Portugal?

Rui Cerdeira Branco

Economista e Blogger Economiafinancas.com

À condição de refugiado está associada inevitavelmente uma situação de vida ou de morte e/ou privação de liberdade e total insegurança. O grau extremo das ameaças promove a fuga dos espaços naturais das populações como um ato de sobrevivência, de fuga a conflitos armados, a perseguições étnicas ou políticas que literalmente destroem qualquer perspectiva de vida.

A existência de auxílio urgente e estruturado é a única opção de sobrevivência para estas populações na generalidade dos casos.

Havendo sérios problemas sociais em Portugal, há também um investimento coletivo de cariz público e solidário em campo, em permanência. Vale a pena

reter alguns números quanto à capacidade da rede de apoios sociais instalada em Portugal e quanto à população que dele desfruta regularmente e que em nada será perturbada por um apoio adicional seja ele a novos desempregados, a afetados por algum fenómeno natural ou a refugiados.

Finalmente, a solidariedade não tem de concorrer entre si. Se algum cidadão ou instituição vem acrescentar ao que existe, não ameaça o que já está a ser feito. E se o faz pela primeira vez, é bem provável que, como muitos outros no passado, um primeiro ato de solidariedade venha a ter sequência e seja alargado a outros no futuro.

Os que recebem apoios de última linha como o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos, eram cerca de 375.000 em Junho de 2015.

No mesmo mês havia mais de um milhão de abonos de família atribuídos e um pouco mais de dois milhões de pensões de velhice.

O Banco Alimentar contra fome auxiliou, em 2014, mais de 2.600 instituições que apoiaram cerca de 385.000 pessoas.

Segundo a Carta Social portuguesa (onde se promovem e analisam os vários apoios existentes coordenados pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social), o número de respostas sociais que integram a RSES cresceu 36% entre 2000 e 2013 em todos os grupos-alvo (como os idosos, os deficientes, as crianças em risco, os sem abrigo).

O apoio disponível para os sem abrigo em Portugal nunca parou de aumentar desde o início do milénio existindo uma coordenação estruturada entre a Segurança Social e milhares de IPSS (entre elas as várias misericórdias).

Os últimos dados sobre a Economia Social em Portugal (2010) revelaram que esta contribuía com 2,8% do PIB (percentagem que subia para 3,8% se considerado o voluntariado) e empregava aproximadamente 260.000 pessoas.

Especificamente quanto ao voluntariado, o INE informa que *“Em 2012, 11,5% da população residente com 15 ou mais anos participou em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, o que representou quase 1 milhão e 40 mil voluntários”*



"ENTÃO OS REFUGIADOS TÊM TELEMÓVEIS?"

José Maria Barcia

Os refugiados não são pobres. Até têm smartphones! Um dos argumentos de descredibilização usado na crise dos refugiados assenta em bens materiais usados por refugiados. É fácil encontrar um vídeo ou uma fotografia a circular na net onde migrantes usam smartphones.

Se a brigada anti-imigração começou por defender que os refugiados vinham para a Europa em busca dos benefícios sociais, agora dizem que, por terem um smartphone, não são pobres e não merecem ajuda.

Ora, a Síria não é um país rico. No entanto, também não é um país pobre. Se em Portugal existem 15 telemóveis por cada 10 pessoas, de acordo com o CIA World Fact Book em 2014, a relação telemóveis/pessoas era de 8,7 telemóveis por cada 10 pessoas. No Egito esta relação é de 11 por cada 10.

A revolução árabe dinamizou-se graças aos telemóveis e às redes sociais. Então porque é estranho que os refugiados tenham telemóveis?

Um smartphone é essencial para quem vai de férias: pode aceder a mapas, informação de restaurantes e hotéis, pode comunicar com outras pessoas e pedir dicas de sítios onde ir. E um refugiado? Pode aceder a mapas, informação de comboios e centros de apoio, pode comunicar com família e amigos que ainda estão na terra-natal ou encontrar pessoas que atravessaram o Mediterrâneo e se perderam.

Um smartphone é essencial no dia-a-dia de pessoas que não fogem de uma guerra. E é vital para quem foge dela.

Não esquecendo o facto de que, mesmo não sendo o país mais rico do mundo, a facilidade em adquirir um smartphone é altíssima. Basta ver os preços. Mesmo o equipamento mais barato com acesso a mapas, redes sociais e internet pode ser comprado por 50€ em Portugal. E tentar comprar um modelo que não seja smartphone é uma tarefa muito mais complicada.

Assim sendo, a resposta a “porque é que devemos estar surpreendidos pela quantidade de smartphones dos refugiados?” seria “não devemos, é vital para quem foge de uma guerra”.

Na realidade as dezenas de milhares de refugiados que procuram a Europa para fugir à guerra sangrenta que assola a Síria há já 4 anos representam uma pequena percentagem dos 4 milhões que já fugiram para países como o Egito, Turquia, Líbano, Jordânia ou Iraque.

Por exemplo, na Turquia já foram acolhidos mais de 1,5 milhões de sírios. Este é aliás um dos países da região que faz questão de acolher refugiados e que criou condições para que alguns possam trabalhar, estudar e ter acesso a cuidados de saúde. No Líbano uma em cada quatro pessoas é um refugiado sírio e dados da ONU indicam que são já 1,1 milhões os refugiados no país. A Jordânia é o terceiro país daquela região que mais refugiados já acolheu e números da ONU apontam para a presença de cerca de 630 mil de sírios neste país.

Não obstante, importa mencionar que há vários Estados árabes e muçulmanos do golfo Pérsico que não têm estado a prestar apoio aos seus vizinhos sírios. Muitos destes Estados estão no topo do ranking mundial em termos de riqueza e de desenvolvimento humano, estão próximos da Síria em termos culturais, religiosos e linguísticos, no entanto, impõem enormes barreiras à entrada nos seus territórios, à obtenção de vistos de entrada ou ao reconhecimento do estatuto de refugiado, não sendo signatários de diversas convenções internacionais relativas a este tema. Tal como entre nós na Europa, no universo dos países árabes e muçulmanos, há de tudo: bons e maus exemplos, inspirações e pesadelos. Compete-nos deixarmo-nos inspirar pelos bons exemplos. É certo que os sírios são a nacionalidade que representa a maior percentagem de refugiados que chegaram à Europa – 63% das 160 mil pessoas que chegaram à Grécia pelo mar eram oriundos da Síria. No entanto, várias entrevistas a sírios na Turquia e no Líbano já vieram demonstrar que a Europa é uma opção viável apenas para os sírios que tinham melhores condições de vida antes da guerra, porque os restantes não têm condições de pagar os cinco ou seis mil dólares que os contrabandistas pedem e ficam-se pelos países vizinhos do Médio Oriente.

Fica, assim, demonstrado que de facto há muitos países também eles muçulmanos e no Médio Oriente que estão a acolher refugiados, muitos deles numa escala bastante maior do que os países europeus.



Maja Varoslija / UNICEF

Q6

**"PORQUE É
QUE
OS PAÍSES
VIZINHOS
NÃO OS
RECEBEM?"**

Rita Tomé

#

“Ah, mas eu vi na Internet...”



Lembram-se deste homem? A posar numa foto do Estado Islâmico no ano passado – agora é um refugiado! Somos parvos ou quê?”, lê-se no texto a acompanhar estas duas imagens, partilhadas milhares de vezes nas redes sociais nos últimos dias. Seriam alegadamente de um antigo combatente do Daesh descoberto num grupo de refugiados na fronteira entre a Grécia e a Macedónia. Na verdade, indica a BBC, o homem em causa, Laith Al Saleh, é um antigo comandante do Exército de Libertação da Síria, que combate as forças do Daesh, e a história dele tinha até sido contada pela agência Associated Press em Agosto. (in Expresso on-line, 09.2015)

“Um vídeo amplamente difundido nas redes sociais mostra refugiados junto à fronteira da Macedónia com a Grécia a protestar e a recusar pacotes marcados com o logo da Cruz Vermelha, alegadamente devido ao símbolo, semelhante à cruz cristã. A hipótese, porém, foi desmentida pelo próprio autor do vídeo. Em declarações ao jornal online italiano Il Post, Predrag Petrovic, editor-chefe do site macedónio de notícias a1on.mk, que filmou a cena, esclarece que os migrantes recusaram a ajuda em protesto por não poderem entrar na Macedónia.

Os refugiados, referiu Petrovic, tinham chegado há três dias à zona de fronteira e, quando o vídeo foi filmado, estavam há duas horas debaixo de chuva forte. Quando a Cruz Vermelha chegou para distribuir água e comida, recusaram a ajuda em protesto. A polícia macedónia apenas autorizava a passagem de 200 a 300 refugiados a cada duas horas, porque era essa a capacidade do comboio que os levaria até à fronteira com a Sérvia.

A versão foi confirmada pela coordenadora de comunicação da Cruz Vermelha, Corinne Ambler. Num email ao Il Post, revelou que os migrantes reagiram “por frustração”. A responsável afirmou ainda que a organização tem prestado auxílio a milhares de pessoas naquela zona, distribuindo por semana “3000 a 4000 pacotes”, que têm sido aceites “com gratidão sem incidentes de pessoas a recusarem-nos”. (in Expresso on-line, 09.2015)



Pare, escute e olhe. E depois pense.

Bárbara Baldaia

O público em geral é altamente exigente – e bem – com os meios de comunicação social. Exigem-lhes verdade, garantias de confiança, informação rigorosa, factos confirmados, fontes fiáveis. Como tem que ser.

O mais curioso é que o mesmo público parece esquecer-se de todas essas regras, de todas essas exigências, de todo esse rigor quando se trata de informação que recebem através da internet, via redes sociais, sem a mediação de jornalistas.

Isso tem sido particularmente notório nesta denominada “crise dos refugiados”.

O público em geral partilha informação que recebe como boa, sem cuidar de verificar algumas regras fundamentais, lapidares para um jornalista no momento em que está a tratar uma informação com o objetivo de a disponibilizar aos consumidores. São perguntas simples: de onde vem esta informação? Quem a produziu? Que objetivos pode ter o autor com a sua divulgação? Os dados divulgados são verdadeiros? Há forma de confirmar a veracidade dos mesmos? Os dados fazem sentido? Não encerram contradições? As datas batem certo? Posso confirmar esta informação com uma fonte diferente para atestar da sua veracidade?

Muita da informação que cresce nas redes sociais como cogumelos férteis carece de resposta a todas estas perguntas. É fácil de perceber isso na maior parte dos casos, como recentemente tem sido divulgado por vária imprensa nacional e estrangeira. Veja-se o exemplo do falso combatente do ISIS que teria entrado na Europa disfarçado no meio dos refugiados ou do vídeo em que os refugiados rejeitavam comida por alegadamente verem o símbolo da cruz vermelha. Foram duas situações rapidamente desmontadas.

Mas há também casos cuja linha que separa a verdade da mentira é ainda mais ténue. Os próprios jornalistas que, pelas razões óbvias, dispõem de mais ferramentas para aferir a verdade dos factos deixam-se, também eles, enganar. Há vários exemplos recentes: uma jovem que procurava o incógnito apaixonado de uma forma original (era afinal uma manobra de marketing duma marca de perfumes), o consultor da ONU que deu entrevistas a alguns dos mais reputados órgãos de comunicação social (era afinal um burlão e não um consultor da ONU) ou, mais recentemente, a divulgação das imagens do instagram de um refugiado que tentava chegar à Europa (era afinal uma campanha dissimulada de um festival de fotografia).

Se até com jornalistas isto por vezes acontece, rapidamente se percebe que é muito fácil que quem não está habituado ao tratamento de informação incorregue facilmente em partilhas de notícias e vídeos sem qualquer tipo de fundamento.

Em momentos críticos, em que circula muita informação e contra-informação que envolve grandes doses emocionais, com “campanhas” bipolarizadas, aumenta exponencialmente o risco disto acontecer. Pare, escute e olhe. E depois pense antes de partilhar. Nem tudo o que luz é ouro, nem tudo o que lê é verdade.

Confira a fonte, confie nos órgãos de comunicação social de referência, procure informação histórica que o possa contextualizar na aferição da veracidade dos factos. Esteja atento e informe-se. Depois, sim, pode tirar as suas próprias conclusões. Quaisquer que elas sejam.



Porcos estran

Sérgio Figueiredo

Director de Informação da TVI

1 É difícil fugir aos lugares-comuns porque se tornou terrivelmente comum ver corpos a boiar, cadáveres a dar à costa ou a apodrecer em contentores de barcos e camiões. Crianças, mulheres, homens, não importa. Não importam. Quem se importa?

Importa-se a Hungria, que hoje mesmo termina a construção de um muro de quatro metros de altura e 175 quilómetros, betão e arame farpado na fronteira com a Sérvia. Importa-se a Bulgária, que tem blindados virados para a Macedónia, para que os refugiados percebam. Importa-se a Eslováquia, que expulsa todos os muçulmanos porque, dizem os governantes, o país não tem mesquitas nem tenciona construí-las. Importa-se a República Checa, que pede ajuda à Nato para fechar o espaço Schengen. Importam-se todos os governos, que convocam cimeiras para resolver o problema e ao mesmo tempo pedem autorização aos respetivos parlamentos para mobilizar o exército para as fronteiras.

É difícil fugir aos lugares-comuns, porque eles são realmente comuns. Apontam armas aos invasores porque não são grande espingarda. A Europa finalmente unida. A união que Borges escreveu, porque não é o amor, mas o espanto e o medo que nos une. E a vergonha. O ódio também. Ódio aos odiados. Aos proscritos. Aos estrangeiros. São porcos e pobres. Temos medo de ser contaminados. Porque insistem em se misturar? Porque querem vir se não são bem-vindos? Porque continuam a chegar? Porque querem morrer se não chegam? Porcos estrangeiros, porque nos invadem? Porque morrem aqui tão perto? Como pedir desculpas se não sabemos a quem?

Nem culpas, desta vez não morrem solteiras. São famílias sufocadas num camião fechado. No porão de um navio que não chegou. Navio? Nau? Naufragam no Mar Nostrum? Muro para eles. Vigilância na costa. Murro no estômago. No nosso.

Não há poesia numa crise humanitária. Nem música que embeleze esta desgraça humana. Heaven from hell. A casa comum da Europa virou um condomínio fechado cercado por muros. The Wall. A utopia uni-

versalista transformada na exclusão do outro. Armas em vez da política. Ideais virados do avesso. Cidadania europeia é habitar numa fortaleza e impedir que entrem. Pluralismo entre iguais. Moral no lado de cá. Mural para lá da fronteira.

A Europa-rica, a Europa-fortaleza, transforma-se na Europa-cativeiro, em prosperidade mas psicologicamente reclusa, refém do próprio êxito e em permanente incongruência moral. Que morram longe, nas chacinas que fomentamos mas não vemos, nas epidemias que dizimam às dezenas de milhares. Quem se importa não se incomoda. A perturbação é vê-los morrer à nossa porta, quando naufragam às centenas nas nossas praias. Shine on your crazy diamond.

2 Paulo Ferreira, no texto sempre certo que agora publica no Observador, notava que “não faz sentido que o mundo seja hoje mais globalizado para tudo exceto para os cidadãos”. É o primeiro dos paradoxos: à medida que os países se entregaram de corpo e alma à globalização - o que significa à liberdade de movimentos - foram simultaneamente cerrando os dentes e fechando fronteiras aos fluxos migratórios. Fazendo um jogo semântico com migrantes e refugiados, confundindo deliberadamente legislações nacionais com a lei internacional, com o mesmo e único intuito: expulsar o que não é igual.

Mesmo nos Estados Unidos, que se fizeram da miscigenação, do multiculturalismo, o populista Donald Trump sobe nas sondagens sempre que se atira aos imigrantes hispânicos. Estranho mundo, país esquisito que elege por duas vezes um presidente negro e agora ameaça cair nas mãos de um xenófobo troglodita.

Trump também tentou bater nas mulheres, fez comentários misóginos, e teve problemas. O que leva Fernando Vallespín, um cientista político que escreve maravilhosamente no El País, a desenvolver uma tese tão interessante quanto inquietante: “No Ocidente o princípio moral que nos obriga a tratar todas as pessoas como iguais, independentemente da sua origem, raça ou condição, deixou de ser um tabu. Não

geiros*

* Publicado no Diário de Notícias a 31 de Agosto de 2015

há problema em desqualificar o outro, mas o seu lapso sexista afeta também os “nossos” - as “nossas” neste caso - e isso não se tolera.”

A moral só se rege para os que estão do lado de cá da fronteira. A sociedade é cada vez mais mundial, mas também cada vez mais organizada em ilhas de populações que, política e culturalmente, se isolam. No caso europeu, um ensaio da pré--globalização, há um segundo paradoxo que emerge e faz o seu caminho: quanto mais permeável fica a fronteira exterior, mais se caminha para o reforço das fronteiras internas.

Os políticos têm reduzido este problema a questões meramente administrativas e, na maioria dos casos, de discussão bilateral. Erro crasso. A crise em Calais mostra que a reversão das fronteiras clássicas não é apenas um perigo latente dos novos países membros dos Balcãs. E as declarações de David Cameron nada ficam a dever à senhora Marine Le Pen, que por acaso é francesa e volta a ganhar fôlego na corrida ao Eliseu.

3 Na pacata aldeia, a vidinha passa ao lado de um problema que parece não ser nosso. A conversa eleitoral oscila entre o vazio socialista e a ausência do poder instituído. Um cartaz simulado é mais relevante do que as terríveis imagens reais de seres humanos maltratados, humilhados, transportados como gado nas carruagens de comboios que nos fazem arrepiar de outros tempos.

Não há solução fácil, mas ignorar este caminho de refeudalização do continente é uma abstenção perigosa. Pior do que a hesitação sobre o partido a votar no dia 4 de outubro. A escolha não é de sistema, mas do regime em que queremos viver. Sejam refugiados, sejam imigrantes, sejam lá o que for - porque é gente essencialmente desesperada - a vaga resulta em catástrofe, a catástrofe resulta em caos e do caos nascem as ditaduras.

Se os nossos princípios e valores não são suficientes para o sobressalto, os muros que se erguem devem ser repudiados, derrubados na defesa dos nossos interesses.

#REFUGIADOS

Barbarus ad portas!

Paulo Sande

Professor Universitário – UCP

Com este grito, assinalavam os romanos a iminente chegada a Roma dos povos bárbaros, literalmente (com origem no grego antigo) gente não romana, logo não civilizada. E contudo, há muito que, apesar da oposição das legiões romanas, os tais povos bárbaros – germânicos, nórdicos, hunos, mediterrânicos, médio-orientais – viviam dentro das fronteiras do Império. A civilização romana estiolou em parte por ter sido incapaz de encarar aqueles a quem chamava bárbaros como cidadãos de facto de Roma (e não apenas de direito, cidadania reconhecida a todos os habitantes do Império em 212, pelo imperador Caracala).

A história é antiga, a História repete-se: em pleno século XXI, um olímpico encolher de ombros europeus responde à chegada, já longa de décadas, de milhares de migrantes em busca de melhores condições de vida para si e as suas famílias. Aquilo a que assistimos nos últimos meses é apenas um sobressalto desse processo migratório, acelerado sobretudo pela tragédia síria.

Os migrantes e refugiados são, aos olhos de muitos europeus, acicatados por movimentos mais ou menos xenófobos, como que os novos bárbaros, supostamente responsáveis por anarquia e violência no espaço europeu. E contudo, eles são a mão-de-obra indispensável para as economias do continente, disponíveis para funções que os europeus, mesmo quando o desemprego apertado, não querem desempenhar. E são ainda, queira-mo-lo ou não, o futuro de um continente que envelhece (dizem-no todas as projecções, como as das Nações Unidas). A nossa segurança social, a economia europeia, o peso relativo da Europa num Mundo crescentemente competitivo (e perigoso), dependem cada vez mais dos migrantes dos países do Sul e do Leste.

Mas a origem da migração e dos refugiados provoca receios; deles se aproveitam os movimentos radicais, exagerando riscos, inventando narrativas, criando mitos urbanos. E é por isso também que não chega encolher os ombros: a chegada de estrangeiros, sejam refugiados, que temos obrigação legal e moral de receber, sejam migrantes económicos, deve ser gerida com bom senso, frontalmente e sem tergiversações.

Meter a cabeça na areia como a avestruz (não) faz, é um erro. Os migrantes e os refugiados estão cá para ficar. Temos de encarar o facto de frente, combater e minorar os riscos (que existem, repito), aceitar quem devemos e podemos aceitar, ajudá-los a integrar-se e a adquirir um novo sentimento de pertença.

O futuro dos migrantes *ad portas* está em causa: o nosso também.



PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

Fundadores

Amnistia Internacional
APGES
Associação Guias de Portugal
CAIS
Cáritas Portuguesa
CIRP - Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal
CNIS - Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade
Comissão Nacional Justiça e Paz
Comunidade Islâmica de Lisboa
Comunidade Vida e Paz
Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus
Conselho Nacional de Juventude
Conselho Português para os Refugiados
Corpo Nacional de Escutas
Cruz de Malta
Doroteias da Província Portuguesa
EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza
Escoteiros de Portugal
Fundação Ajuda à Igreja que Sofre
Fundação EDP
Fundação Gonçalo da Silveira
Fundação Montepio
GRACE
IES Social Business School
Instituto de Apoio à Criança
Instituto P. António Vieira
Obra Católica Portuguesa das Migrações
OIKOS
Ordem Hospitalara S. João de Deus
Serviço Jesuíta aos Refugiados
UNICEF Portugal

Aderentes

"A Casa da Cidade" (Centro de Renovação Cristã)
100Negas, Lda
A.B.P. - Associação Brasileira de Portugal
AANP - Associação dos Albergues Nocturnos do Porto
ABRACO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/Sida
ACRAS - Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social
ACTUAR
ADAV AVEIRO
ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
Agência Nacional Intervenção Social
AGIR XXI - Associação para a Inclusão Social
AJPAS - Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde
Akto
ALCC - Associação Lusofonia Cultura e Cidadania
Alphappl
Alvaro Soares
AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido
ANIVEC
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento
APEDI
APPR - Associação para a Protecção de Pessoas em risco

APPR - Associação para a Protecção de Pessoas em Risco
Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Ordem de Malta
Associação "Eu Consigo Ser + Feliz"
Associação Bandeira Azul da Europa
Associação de Antigas Guias - Portugal
Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Associação de Pais e Enc. de Educação do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar
associação de refugiados em Portugal
Associação de Respostas Educativas e Sociais à Comunidade - ARES
Associação de Solidariedade Social Mão Fraterna
Associação Dianova Portugal
Associação do Monte Pedral
Associação dos Proprietários da Urbanização Vila de Este
Associação Estímulo
Associação Família Solidária de Oeiras
Associação Fazer Mais
Associação Olho Vivo
Associação Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento do Movimento Associativo
Associação Portuguesa de Ética Empresarial
Associação Portuguesa de Famílias Numerosas
Associação PRO BONO
Associação Remar Portuguesa
Associação Renovar a Mouraria
Associação Tradições Globais
Associação Utente São
Associação Vida Activa
ATLAS-Cooperativa Cultural
Aylan Kurdî Caravan
Bagabaga Studios
Banco do Bebê - Associação de Ajuda ao Recém-Nascido
Câmara Municipal de Fafe
Capitólio
Casa do Gaiato
CCVA Lisboa
CDI Portugal
Centro Comunitário São Cirilo
Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira
Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)
Centro Social 6 de Maio
Centro Social e Paroquial de Barcarena
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica
CEPAC - Centro Padre Alves Correia
COHAEMATO-Cooperativa de Habitação Económica de Matosinhos CRL
Colégio Campo de Flores
Companhia do Chapitô
CONFECOOP
Confederação Portuguesa do Voluntariado
Confederação Nacional de Associações de Apostolado dos Leigos
Conferência Vicentina Cristo Rei da Portela

Congregação do Santíssimo Redentor
Departamento de Direitos Humanos, Ação Social e Ecologia da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa
Dynamic Jungle Lda
EJNS - Equipas de jovens de Nossa Senhora
ENCONTRAR+SE
Escolas João de Deus
eSolidar
Esperança Lusitana
Exército de Salvação
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Famílias Diferentes Associação de Solidariedade Social
FEC - Fundação Fé e Cooperação
Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal
Forum Abel Varzim Desenvolvimento e Solidariedade
Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional
Fundação Islâmica de Palmela
Fundação Manuel António da Mota
Fundação Maria Dias Ferreira
Fundação Salesianos
Fundação Santa Rafaela Maria
G.A.S. Porto - Grupo de Ação Social do Porto
Geração Tributos - Education & Media Solutions
GIRO HC
Graal
Green Temple
Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal
InPulsar | Associação
Instituto Marquês de Valle Flôr
Instituto Politécnico de Beja
Instituto Politécnico de Leiria
Instituto Politécnico de Santarém
Instituto Politécnico de Setúbal
Irmãs Hospitalarias do Sagrado Coração de Jesus
Just a Change
LDBACCOUNT
Leigos para o Desenvolvimento
manuel joaquim santos pereira
MEDesTU
Médicos do Mundo
missão cristã internacional
Missionários da Consolata
MOSAICO-Cooperativa de Solidariedade Social CRL
Movimento dos Foculares
Movimento Pelos Conselhos em Portugal
MSV - Movimento ao Serviço da Vida
Mundo a Sorrir
Município de Góis
Obra do Padre Grilo
ONGD Educafrica
Ordem Soberana Militar de Malta
PAR
Pari Passu
Passo Positivo
Pastoral Universitária de Braga
PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional
Pelo Prazer de Viver / Saúde, Cultura e Vida - Associação de Desenvolvimento Social
Plano Criativo - Associação Cultural

PPL
Projeto Sustentar
PSICOD.A.M. - Centro de Psicologia Dra. Andrea Moniz
Raiz - Associação de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social
Re-Food 4 Good - Associação
Rotaract Club de Lisboa
Sair da Casca
SAKTHI Portugal, S.A.
Sector da Pastoral da Mobilidade, Serviço dos Migrantes e Comunidades Étnicas - Patriarcado de Lisboa
Serve the City
Serviço de Psicologia da Universidade Lusófona do Porto
Socialis
Sociedade de São Vicente de Paulo
SOS Racismo
SPEAK
St. James' School
Teatro da Trindade Inatel
União das Mutualidades Portuguesas
Universidade do Algarve
Universidade de Lisboa
Universidade do Minho
Will Creative Consulting

Apóis

Conferência Episcopal Portuguesa
Fundação Calouste Gulbenkian
Campos Ferreira, Sã Carneiro & Associados
EY Portugal
Grupo Jerónimo Martins
Ipsos Apeme
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados
Sérvulo Correia & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
VdA - Vieira de Almeida e Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Volkswagen Portugal

Mídia e Comunicação

Cision
Correio da Manhã
Expresso
Grupo Media Capital
Impulso Positivo
Jornal de Notícias
LIFT
Manchete
pjump.com
Portal Ver
Público
Rádio e Televisão de Portugal
Rádio Renascença
Revista Sábado
SIC
TSF
Visão

PAR Famílias

Acolhimento e integração de crianças refugiadas e suas famílias em Portugal, em contexto comunitário.

QUEM ACOLHE AS FAMÍLIAS REFUGIADAS?







O Acolhimento é feito por uma Instituição Anfitriã. Contudo, o papel da comunidade envolvente (pessoas individuais, empresas, autarquias, outras organizações) é fundamental para que a resposta às diferentes áreas de apoio possa ser o mais eficiente possível.

QUEM PODE SER INSTITUIÇÃO ANFITRIÃ?

Organizações com ou sem fins lucrativos, públicas ou privadas. Por exemplo, IPSS's, Autarquias, Empresas, Instituições Religiosas, Escolas.

QUAL O PAPEL DE UMA INSTITUIÇÃO ANFITRIÃ?

Assegurar, com a ajuda da comunidade, a autonomia e a inclusão da família refugiada, dando apoio concreto nas seguintes áreas:

-  Alojamento autónomo
-  Alimentação e Vestuário
-  Apoio no Acesso à Saúde
-  Apoio no Acesso à Educação
-  Aprendizagem da língua portuguesa
-  Apoio à integração no mercado de trabalho

NÃO FAÇO PARTE DE NENHUMA INSTITUIÇÃO. POSSO SER RESPONSÁVEL PELO ACOLHIMENTO DE UMA FAMÍLIA?

Não. Tendo em conta a fragilidade e a complexidade da situação das famílias refugiadas, o modelo de acolhimento da PAR prevê que este seja da responsabilidade de Instituições. Contudo, a participação da comunidade é fundamental na resposta às diferentes áreas de apoio.

INCLUSÃO ACOLHIMENTO AUTONOMIA



POSSO ACOLHER UMA FAMÍLIA NA CASA ONDE VIVO?

Não. De maneira a assegurar e a promover a maior autonomia da família refugiada, a PAR não prevê o alojamento em contexto doméstico.

TENHO UMA HABITAÇÃO (CASA/ APARTAMENTO) AUTÓNOMA DISPONÍVEL PARA ALOJAR UMA FAMÍLIA. O QUE DEVO FAZER?

A sua oferta é muito importante. Pode desde já enviar um email para par@ipav.pt, indicando a sua oferta.

TENHO BENS, SERVIÇOS E TRABALHO PARA OFERECER, O QUE FAÇO?

O seu apoio é fundamental. Se for uma ORGANIZAÇÃO com ou sem fins lucrativos, pode desde já enviar um email para par@ipav.pt, indicando a sua oferta.

Se for uma PESSOA INDIVIDUAL, preencha por favor o formulário disponível no site www.refugiados.pt, no menu, *Voluntariado – Como ajudar*.

A sua disponibilidade será canalizada para uma instituição anfitriã. A lista de instituições anfitriãs será publicada no site www.refugiados.pt.



COMO AJUDAR?

O **PAR Linha da Frente** é uma Campanha de recolha de fundos para apoiar o trabalho da **Cáritas Médio Oriente** e do **JRS** no Médio Oriente e Norte de África, particularmente Síria, Líbano e Jordânia, no apoio a refugiados e deslocados internos.

A PAR considera que os donativos em dinheiro irão promover:

A resposta mais eficaz às necessidades urgentes no local;

A economia local;

A estabilidade e segurança local.

Ajude através de donativos, por transferência bancária, via multibanco ou através de outras iniciativas que a PAR venha a considerar adequadas (espetáculos, eventos,...), excluindo apenas os peditórios públicos.

DONATIVOS

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA PARA:
**CONTA PAR – LINHA DA FRENTE /
MONTEPIO GERAL**

NIB: 0036 0000 99105913826 45

IBAN: PT50.0036.0000.99105913826.45

BIC/SWIFT: MPIOPTPL

OU ATRAVÉS DO **MULTIBANCO**:

Selecione: Transferências > Ser Solidário >
PAR – Refugiados

(ou faça um donativo **MB Way** para o número
927550790)

OU ATRAVÉS DA LINHA DE VALOR
ACRESCENTADO: **760 200 250**
da operadora MEO

Custo da chamada €0,60+iva

Donativo: €0,50 por chamada

Caso pretenda um recibo do donativo, por favor preencha este formulário, disponível em:
<http://tinyurl.com/par-donativos>